

Colin admite novo empréstimo-ponte

14 DEZ 1983

Referindo-se à dívida externa brasileira, o presidente do Banco do Brasil, Oswaldo Colin, admitiu ontem que, para evitar atrasos maiores na assinatura do contrato do novo "jumbo", o Brasil pode aceitar um volume de adesão inferior aos US\$ 6,5 bilhões solicitados e complementar a deficiência com novo empréstimo-ponte para fechar o balanço de pagamentos deste ano.

Segundo Colin, o governo brasileiro já negociou com o Comitê de Assessoramento da Fase 2 da renegociação da dívida brasileira, eventual necessidade de o País recorrer a novo empréstimo-ponte para ter os US\$3 bilhões de que necessita para fechar as contas externas deste ano, sem compromissos em atraso.

Enquanto uma outra autoridade da área governamental admitia que o Brasil vai fechar seu balanço de pagamentos de 1983, com algum sacrifício, promovendo a virada do ano totalmente sem reservas externas, o presidente do Banco Central afirmava que o Governo deve discutir seus problemas externos após 1985, já no próximo ano. Com isso estabelecerá uma continuidade entre o atual e o próximo governo, disse Colin.

Ele explicou, ainda, que o pedido do Brasil de US\$ 2,5 bilhões para financiamento de importações pelo País, feito a bancos privados ou agências oficiais, só tem garantido US\$1 bilhão, pelo Eximbank dos Estados Unidos. O restante está dividido entre os países principais exportadores para o Brasil mas sem uma confirmação definida até agora. "E o Brasil não pode tomar qualquer atitude contra esses países porque realmente depende de importações de produtos que eles tem a oferecer", lembrou Colin.

O presidente do BC admitiu, ainda, que o Tesouro Nacional deverá apropriar-se dos recursos obtidos pelo Banco, em decorrência da redução do subsídio ao crédito agrícola, com o consequente aumento das taxas de juros, o que levaria a uma rentabilidade maior dos recursos do Banco, liberados aos agricultores.

Este assunto, segundo Colin, está expresso na 4ª Carta de Intenções do Brasil ao Fundo, de 15 de novembro deste ano, onde se lê, no item 5, alínea "A" — Apropriação pelo Tesouro de lucros resultantes da redução de subsídios das taxas de juros". Exatamento pelo fato de não haver precedentes e nem o assunto ter sido submetido a estudo detalhado, há uma dúvida a ser sanada, quanto ao que prevê a Lei das S/As, ou seja, o resultado das aplicações desse tipo de empresa deve se refletir no balanço que mostre seu desempenho durante o exercício.

Colin lembrou também que, se for seguida à risca o que prescreve a Carta do Brasil ao FMI, os resultados decorrentes dessa alteração só se farão sentir na próxima safra (1984/85), especificamente a partir do terceiro trimestre de 1985, quando terminam as colheitas.

Entretanto, o presidente do BC disse que este assunto é muito complexo, e indagou como ficaria a situação dos demais bancos que atuam no crédito agrícola. Os bancos privados, por exemplo, estariam emprestando a uma taxa remunerada e tendo retorno dos créditos, sem subsídios, explicou.

Procurando tranquilizar o investidor privado, o presidente do Banco do Brasil, afirmou que "vamos partir para um balanço tranquilo, para deixar o acionista do banco bem satisfeito". Ele explicou que as dúvidas que existem hoje no sistema bancário seriam sanadas com uma reforma do setor, quando o Banco Central assumiria as funções restritas de autoridade monetária e o Banco do Brasil seria um banco de fomento. "Com isso deixaria de existir o orçamento monetário anual, na forma como ele é concebido, e os recursos do orçamento seriam todos de origem fiscal", disse Colin.